



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

DOI: <http://doi.org/10.20873/AGEODS>

PRODUÇÃO DE CONTEÚDO AUDIOVISUAL SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PELA AGENDA ODS

PRODUCTION OF AUDIOVISUAL CONTENT ABOUT SUSTAINABLE DEVELOPMENT FOR THE SDG AGENDA

PRODUCCIÓN DE CONTENIDOS AUDIOVISUALES SOBRE DESARROLLO SOSTENIBLE A TRAVÉS DE LA AGENDA ODS

Idglan Souza Maia¹
Maria de Fátima de Albuquerque Caracristi²
Fenelon das Neves Milhomem³

| | | |
|------------------------|------------------------|-------------------------|
| Recebido 30/06/2024 | Aprovado 09/01/2025 | Publicado 17/01/2025 |
|------------------------|------------------------|-------------------------|

RESUMO: O Projeto de Extensão Agenda Ambiental, realizado no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins entre 2002 e 2023, é parte do Projeto de Inovação Pedagógica (PIIP) Inovajor. Inspirado pela Declaração de Barcelona, o projeto aborda a relação entre jornalismo e debates urbanos, promovendo a troca de narrativas e a inclusão de diversas realidades. Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o projeto visa ampliar discussões sobre gênero e inclusão, oferecendo a alunos e professores um espaço para

¹Doutorando em Desenvolvimento Regional pela UFT (2023), Mestre em Desenvolvimento Regional (UFT 2013) Pós-graduado- MBA em Gestão Empresarial pela UFT (2009). Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins - UFT (2007) , Atualmente é concursado como técnico em audiovisual e professor convidado no curso de Pós-Graduação em Documentação Audiovisual da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

²Doutora em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio Ambientais IESA pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Pós-Doutorado em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Paraná. Atualmente é professora Associada da Universidade Federal do Tocantins, editora da revista Científica Espaço e Tempo Midiáticos e coordenadora do Grupo de Pesquisa Mídias e Territorialidades Ameaçadas, membro do grupo de pesquisa Centro de Observação e Estuós Regionais (CORE) do Programa de Pós-Graduação em turismo da Universidade Federal do Paraná, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação-política pública-comunidade; comunicação-educação-território; jornalismo-comunidade.

³Mestrando em Jornalismo. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Comunicação. Experiência profissional em edição e produção de áudio, sobretudo podcasts. Graduando em Jornalismo pela Universidade Federal do Tocantins. Interesses no uso da Inteligência Artificial, sobretudo no Jornalismo



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

debates críticos. A iniciativa busca integrar ensino, pesquisa e extensão, fomentando a formação de mentes críticas que questionem injustiças sociais e busquem soluções para melhorar a realidade acadêmica e comunitária.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Ambiente; Tocantins; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT: The Environmental Agenda Extension Project, carried out in the Journalism course at the Federal University of Tocantins between 2002 and 2023, is part of the Inovajor Pedagogical Innovation Project (PIIP). Inspired by the Barcelona Declaration, the project addresses the relationship between journalism and urban debates, promoting the exchange of narratives and the inclusion of diverse realities. In line with the Sustainable Development Goals (SDGs), the project aims to broaden discussions on gender and inclusion, offering students and teachers a space for critical debate. The initiative seeks to integrate teaching, research and extension, fostering the formation of critical minds that question social injustices and seek solutions to improve the academic and community reality.

KEYWORDS: Journalism; Environment; Tocantins; Sustainable Development Goals.

RESUMEN: El Proyecto de Extensión de la Agenda Ambiental, realizado en el curso de Periodismo de la Universidad Federal de Tocantins entre 2002 y 2023, forma parte del Proyecto de Innovación Pedagógica Inovajor (PIIP). Inspirado en la Declaración de Barcelona, el proyecto aborda la relación entre periodismo y debates urbanos, promoviendo el intercambio de narrativas y la inclusión de realidades diversas. En línea con los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), el proyecto pretende ampliar las discusiones sobre género e inclusión, ofreciendo a estudiantes y profesores un espacio para el debate crítico. La iniciativa busca integrar la enseñanza, la investigación y la extensión, fomentando la formación de mentes críticas que cuestionen las injusticias sociales y busquen soluciones para mejorar la realidad académica y comunitaria.

PALABRAS CLAVE: Periodismo; Medio ambiente; Tocantins; Objetivos de Desarrollo Sostenible.

INTRODUÇÃO

A Agenda Ambiental é uma ação do Projeto Inovajor, que possibilitou a participação de estudantes de graduação e estudantes de pós-graduação independentes da área de ensino ou do curso no qual estão matriculados, em uma



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

proposta de produção multimidiática com o tema da Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Foi necessário que os estudantes obtivessem aprovação na seleção para alunos tutores, provenientes de cursos de pós-graduação e monitores, oriundos de cursos de graduação.

Os estudantes, tanto da graduação quanto da pós-graduação, estiveram vinculados ao Projeto Institucional de Inovação Pedagógica (PIIP) do curso de jornalismo da Universidade Federal do Tocantins, e receberam uma bolsa no valor de R\$400,00 para os estudantes monitores e R\$1.200,00 para os estudantes tutores da pós-graduação, durante a vigência do PIIP.

A Agenda Ambiental tem por objetivo pedagógico o compartilhamento de conhecimentos teóricos, estimular o pensamento crítico e dialético, a curiosidade e a criatividade. Provocar a troca de informações e de habilidades técnicas, que ocorrem na produção de conteúdos audiovisuais que são posteriormente distribuídos nos canais do Youtube e do Instagram.

Os conhecimentos teóricos levantados em autores como Schumpeter(1997), acerca do desenvolvimento econômico e bibliografias e sites são a base da informação que os alunos da pós-graduação compartilham com os alunos da graduação, que os transformam em conteúdo para pautas e entrevistas.

A Agenda dos ODS, proposta que emerge da Organização dos Estados Americanos (OEA), compromete-se com as questões de inclusão, problematiza necessidades urgentes de serem sanadas pela população mundial como a pobreza, a fome, a promoção da saúde e educação de qualidade, além da necessidade de inclusão de gênero.

A prerrogativa do Projeto Inovajor visa pôr em evidência a função social do jornalismo, que é propor discussão que coadunem com a realidade vivida pela cidade de Palmas e do estado do Tocantins, intercambiando as narrativas e promovendo o debate, com os personagens e atores sociais que agem nas cidades



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

e periferias e dos territórios mais distantes, ocupados por indígenas, ribeirinhos e quilombolas, desde que norteadas por um dos temas da agenda ODS.

O projeto proporciona a oportunidade de exercitar as habilidades técnicas inerentes ao jornalismo, e oferece ao docente a oportunidade de empreender técnicas criativas e disruptivas de educação. Os temas voltados para a realidade vivenciada pela população de Palmas e do Tocantins, são alinhavados em uma ampla teia de teorias de autores e de artigos científicos que ampliam o conhecimento dos fenômenos sociais existentes na realidade da população, oportunizando ao estudante adquirir segurança no diálogo e no debate que são promovidos nas entrevistas com as fontes.

Os estudantes de pós-graduação são os que promovem as oficinas de audiovisual e por fim executam a produção das entrevistas no estúdio de telejornalismo, supervisionados pela professora. Os alunos de graduação, após passar pelo treinamento das oficinas, são responsáveis pela execução das pautas, que ocorrem após a abordagem teórica. Cabe também aos estudantes da pós-graduação auxiliar nas correções pertinentes, edição e publicação dos conteúdos e, no final, há a apreensão tanto técnica quanto teórica de todos os envolvidos. O material está publicado na página Agenda Ambiental que pode ser acessado pelo links no rodapé do trabalho⁴.

O projeto tem por meta estimular o tripé ensino-pesquisa-extensão, na utilização dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os 17 itens precisam ser atingidos pelos países até o ano de 2030, para que o planeta terra adquira a possibilidade de longevidade pela utilização mais equânime dos recursos naturais e sociais.

O que se elencou como objetivo geral do projeto da Agenda Ambiental foi desenvolver um acervo teórico multimídia de conteúdos educacionais e digitais com

⁴ <https://www.youtube.com/@agendaambiental1488> [Instagram@agendaambientaluft](https://www.instagram.com/agendaambientaluft)



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

atores que tenham notório saber sobre os 17 itens da agenda ODS, usando a entrevista em estúdio. Os objetivos específicos do projeto são: I) Produzir 17 entrevistas em estúdio II) Produzir 17 podcasts III) Promover o compartilhamento dos conteúdos nas redes sociais do projeto; e IV) Produzir um artigo científico com a experiência final do projeto.

Para contextualizar a teoria com a prática, compôs-se um quadro de objetivos obtidos da Agenda da ODS, que foram arrolados como tópicos para a produção temática das pautas que seriam desenvolvidas visando a construção das entrevistas de acordo com os principais objetivos da agenda.

O que se construiu foi uma série de entrevistas em audiovisual, com a perspectiva de promover um debate focado no senso dialético, no pensamento crítico, oportunizando as interlocuções contraditórias, em todos os aspectos físicos, sociais, econômicos e humanos que serviram de pauta para as entrevistas. A prerrogativa era entender se é possível para o Tocantins, atingir até o ano de 2030 os 17 itens inerentes aos indicadores brasileiros para os objetivos de desenvolvimento sustentável.

METODOLOGIA

O trabalho recebeu o tratamento metodológico conivente com o que é utilizado na pesquisa participativa, problematizadora e colaborativa, que foi considerado adequado, pois possibilita o diálogo, a interlocução aberta, e segundo Araújo (2017) propicia “a problematização da realidade, a prática social [...] os vínculos entre educação e sociedade, entre educação e política, dentre outros aspectos” (Araujo, 2017, p. 18).

Dada as características do projeto fez-se uso da teoria comunicativa de Habermas (1996) e da dialógica de Paulo Freire (1974) como base epistemológica para validar o saber científico, encontrando na metodologia



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

participativa a possibilidade de melhor realização da problematização das questões chaves que são de interesse do projeto.

Dividiu-se o trabalho em três fases bem definidas, a saber:

Primeira etapa ou método teórico-analítico, se constitui pela construção do estado de arte do projeto. Nesta etapa os estudantes de pós-graduação foram instruídos a fazer o inventário das pesquisas e descrever as conclusões sobre os temas da agenda ODS e compartilhar com os demais.

O levantamento de dados se realizou em busca dos sites oficiais da ODS⁵ que mostram os indicadores brasileiros para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Os indicadores de análises para o aferimento dos objetivos da ODS foram, os índices de pobreza, analisados pela taxa de pobreza extrema e a relação com a agricultura sustentável, posto que o agronegócio é o setor produtivo que fomenta a economia do Tocantins.

O levantamento dos dados foi obtido nos sites do IBGE (2022); IPEA(2022); EMBRAPA (2022) com o aporte teórico de artigos e textos de obras originais. Na segunda etapa, os conteúdos foram analisados pelos estudantes da pós-graduação, e apresentados em seminários temáticos aos alunos de graduação. Foram debatidas as teorias, as definições conceituais importantes para se levantar as ideias de formato das entrevistas, as fontes e personagens com notório saber. Na terceira etapa, finalmente, a fase prática de produção dos conteúdos em audiovisual, finalizando com o processo de edição e compartilhamento nos canais do Youtube e Instagram.

REVISÃO TEÓRICA

A perspectiva de salvar a sociedade pela tecnologia transformou-se em um mito. Na educação, este mito se reforça, posto que o conceito de inovação tecnológica se destaca nos setores responsáveis pela gestão, ampliando as

⁵ <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

<https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese>



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

oportunidades do mercado de softwares e hardwares. O ensino, fortalece a supremacia do mito tecnológico, problema já discutido por autores marxistas como Castells(2000), Oliveira (1999), Bolívar (1999), que mostram que este sistema acaba favorecendo as estratégias mercadológicas em detrimento da emancipação dos indivíduos e da sociedade como um todo.

A proposta de alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável que são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade parece distante de ser atingida até 2030. Bacich e Moran (2018, p.16) mostram que “é preciso reinventar a educação, analisar as contribuições, os riscos e as mudanças advindas da interação com a cultura digital [...] dos recursos, das interfaces e das linguagens midiáticas à prática pedagógica”. Os autores apontam para a necessidade de “recontextualizar as metodologias de ensino diante das suas práticas sociais inerentes à cultura digital” (p.16), ou seja, rever a proposta de integrar as mídias e as Tecnologias Digitais da Inovação e Comunicação (TDIC) no desenvolvimento e na recriação de metodologias ativas.

A intenção de explorar o potencial de integração entre espaços profissionais, culturais e educativos para a criação de contextos autênticos de aprendizagem mediados pelas tecnologias, com o objetivo de engajar os estudantes nos processos de ensino e aprendizagem com autonomia e senso crítico, não oferecem resultados satisfatórios se forem ancorados unilateralmente pela mediação tecnológica.

Schumpeter (1911) percebeu o papel central do crescimento econômico para a justiça social, além disso reconheceu que a inovação sempre esteve no âmago do processo de desenvolvimento capitalista. Ele já havia identificado a relação entre inovação com a criação de novos mercados e a ação do



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

empreendedor. O autor foi um dos primeiros a reconhecer as inovações tecnológicas como motores do desenvolvimento capitalista, os consumidores passam a ser “educados” pelos empreendedores, são ensinados a desejar novas coisas, ou coisas que diferem de alguma forma daquelas que têm o hábito de consumir, o que ele descreve como a “destruição criadora”, ou seja, a substituição de antigos produtos e hábitos de consumir por novos, e que faz a diferença no processo do desenvolvimento econômico.

Schumpeter também faz questão de diferenciar o papel da criatividade - ou invenção da inovação: enquanto a primeira é criação de ideias, a segunda é a que permite que tais ideias sejam postas em funcionamento. A inovação, portanto, foi a resposta encontrada por Schumpeter para o entendimento da força que transforma incessantemente o capitalismo. E tal capacidade de inovação era creditada a um agente muito especial: o empreendedor, ou empresário, agente capaz de inovar, ou seja, de fazer de maneira nova coisas que já haviam sido feitas no passado (Fontenele, 2012, p.101).

O autor segue mostrando que os sistemas de inovação, que ocorrem num momento histórico, que define como terceira fase, tem a intenção de controle sobre o saber humano, que segundo ele obedece uma linha de dominação, sobre a força de trabalho, e que a inovação no contexto acadêmico é também uma linha de monitoração sobre a força de trabalho.

ASPECTOS DO CAPITALISMO NO ENTRAVE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Hardin (1968) faz uma analogia para explicar a ação antrópica no planeta, orientado pela lei do mercado. Para o autor, os empreendedores agem por interesses próprios para obterem ganhos imediatos e esquecem o dano futuro, já que deles não sofrerão as consequências. Hardin sugere que a usurpação que o mercado causa aos recursos naturais pela ação dos indivíduos não é refletida imediatamente, ou seja, o prejuízo é diluído e chega atrasado com relação ao benefício recebido por cada pessoa que usou o recurso natural disponível.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

O uso dos recursos naturais, dado pelo grande crescimento da atividade econômica, tem ocasionado transformações ambientais que vão da escala micrológica até a planetária. Algumas alterações negativas se mostram irreversíveis, outras parecem difíceis e onerosas para serem revertidas, porque atingem a complexidade ambiental que interfere também na vida cultural e social dos indivíduos.

A taxação como compensação pelos estragos que o mercado ocasiona aos recursos naturais vem fazer contraponto ao que Hardin (1968) estabeleceu como critério de orientação: o fato de que os indivíduos, em uma sociedade de classe, tendem a agir por interesses próprios, visando um ganho imediato com suas ações e não se preocupam com os impactos causados ao ambiente, porque esses impactos são realizados no presente mas são sentidos, apenas, em longo prazo. Introduzir esses gastos ambientais nos processos produtivos é uma opção que o próprio mercado articulou para prevenir os efeitos que o desenvolvimento tem desencadeado no ambiente.

Harvey (2005) admite que no capitalismo não há limite para o ganho monetário, mas os recursos naturais são limitados, além da capacidade de produção e de consumo. O capitalismo, como qualquer meio de produção, baseia-se no usufruto da natureza. O esgotamento e a degradação das terras e dos recursos naturais interferem, também, na destruição dos poderes coletivos de trabalho, que são a raiz da produção de toda riqueza.

O problema mais profundo para os meios de produção capitalista, segundo Harvey (2005), é que os capitalistas trabalham em seus próprios interesses e tornam-se indivíduos sem compromisso com a degradação, já que a terra responde demoradamente às agressões sofridas. O conflito entre o tempo da natureza e o tempo do capital chega atrasado.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

Na perspectiva do mercado, as últimas questões a serem resolvidas são a desigualdade social e a degradação ambiental, que ainda não são prioridades, e torna-se difícil alterar essa forma de produção uma vez que as políticas em curso e as anteriores sempre estiveram voltadas para resolver a situação de fragilidade do capital e suas reiteradas crises.

Mesmo nas crises, o capitalismo consegue o acúmulo de riquezas e de poder. Não há alteridade, a estrutura política e econômica favorece a manutenção de ambos, o poder e a renda. Existe uma proteção e um controle estatal e das grandes corporações para que esta situação não se modifique.

O sonho de uma alternativa, que Harvey (2005) chama de “irracionalidade capitalista”, poderia ser obtido por meio da mobilização das paixões humanas na busca coletiva por uma vida melhor para todos. Essas alternativas, historicamente chamadas de socialismo ou de comunismo, foram tentadas em diferentes épocas e lugares, mas não lograram êxito, porque já se consolidou uma tolerância para a utilização de recursos desiguais, desde a escravidão, que foi a responsável pela acumulação e enriquecimento de parte da população de países como os Estados Unidos e Brasil, por exemplo.

O que se constata é uma forte articulação dos poderes estabelecidos em manter o sistema capitalista agindo sob o princípio da exclusão o que gera uma economia que não dá sustentação de vida à população. Os projetos de fiscalização da exploração dos recursos do planeta, como os propostos pela Agenda da ODS, até agora obtiveram pouco êxito.

O TOCANTINS E A OCUPAÇÃO DO CERRADO: REPERTÓRIO TEÓRICO PARA INTRODUÇÃO DA PROBLEMATIZAÇÃO DA AGENDA ODS

A expansão capitalista está fortemente vinculada a grupos de poder que ainda permitem a exploração do trabalhador, a exclusão das camadas populares,



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

reforçando uma sinergia mercadológica que destrói as reservas naturais e áreas importantes do bioma, promovendo enriquecimento das grandes corporações, empobrecendo a vida e dificultando ainda mais a sobrevivência das comunidades de povos tradicionais, ribeirinhos, pequenos agricultores, moradores de periferia e de ocupação.

Para Santos (2001), o sentido de território como local das trocas materiais e espirituais, do exercício da vida e do fundamento do trabalho, é também o princípio da dualidade e da contradição. A opressão deste modelo na vida de uma grande quantidade de pessoas é o que leva à necessidade de serem adotados novos modelos de desenvolvimento.

Bursztyn (2002, p. 9) diz que o cerrado é sinônimo de contrastes, “chuvas torrenciais, bem antes de março, logo dão lugar a um inverno impiedosamente seco. É preciso saber viver o cerrado”. O autor ainda completa dizendo que “o cerrado é a cara do Brasil: cidades inchadas, favelas, campos arrasados pelas máquinas e povoados por bois, soja, cercas. Idealizado como celeiro que aliviaria a nossa penúria (p. 9)”.

No cerrado, uma população urbana e migrante transita em cidades que se expandem em constante construção, abrindo fronteiras econômicas, caso da frente de ocupação instaurada pelo Matopiba, que tem o nome formado pelas iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A produção agropecuária do Matopiba é marcada pelas grandes colheitas de soja, milho e algodão. Há cerca de 4.800.000 hectares com plantio de soja que somaram 18,5 milhões de toneladas na safra 2022/2023, cerca de 12,3% do total produzido no Brasil (EMBRAPA, 2024).

A exploração desses espaços impacta diretamente a vida da população que está embrenhada no interior do cerrado: os indígenas, geraizeiros, ribeirinhos, babaqueiras, vazanteiros, quilombolas e, pelos mestiços desses povos, são os que sobrevivem da exploração dos recursos naturais.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

Em 2000, apenas dois municípios da região do Matopiba possuíam alto IDHM Renda; eram eles, Paratinga, na microrregião de Bom Jesus da Lapa, na Bahia, e Palmeirópolis, na microrregião de Gurupi, no Tocantins. Em 2010, além dos já mencionados, mais cinco municípios atingiram alto IDHM Renda, todos eles no Tocantins: Araguaína e Pau D'Arco, na microrregião de Araguaína; Abreulândia e Guaraí, na microrregião de Miracema do Tocantins e Gurupi. Com estes, totalizam-se sete municípios. Em 2000, 21 municípios possuíam médio IDHM Renda, sendo que dezessete deles se localizavam no Tocantins, três, no Maranhão e um, na Bahia. Em 2010, esse número aumentou para 93 municípios; a maioria deles no Tocantins (68), dezesseis no Maranhão e quatro na Bahia. Percebe-se que:

A diminuição da população em condição de pobreza, extrema pobreza e vulnerável à pobreza na região do Matopiba, assim como a diminuição do percentual da renda apropriada pelos mais ricos, fez com que o índice de Gini na região melhorasse – ou seja, diminuiu a desigualdade no Matopiba. Mas há ressalvas nessa melhoria, pois o que chamou atenção é que 34% dos municípios do Matopiba (113) aumentaram o percentual da renda apropriada pelos mais ricos, sendo que, destes, em 25 municípios (22%), essa apropriação é superior a 50%. Destes 25 municípios mencionados, dezesseis localizam-se no estado do Tocantins (Porcinato, et al, 2018, p.60).

De um lado estão os dados resultantes das atividades ligadas ao agronegócio e de outro está a população pobre que se espalha nesses espaços contíguos e que são importante patrimônio histórico e cultural e que acaba por ser a responsável pela preservação desse acervo natural. Esses mesmos habitantes, no uso de processos rudimentares, utilizam as frutas, que são regularmente consumidas e transformadas em doces, licores e compotas, catalogadas em número de dez: pequi, buriti, mangaba, cagaita, bacupari, cajuzinho do cerrado, araticum e as sementes do barú. Muitos desses produtos são vendidos em feiras e em pequenos pontos comerciais de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2024).

Dados do MMA (2024) atestam que o bioma cerrado é composto por mais de 220 espécies de plantas medicinais e outras 416 que podem ser usadas na



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

recuperação de solos degradados, como barreiras contra o vento, proteção contra a erosão, ou para criar habitat de predadores naturais de pragas. A alteração acentuada no Cerrado do *status* de raquíptico e feio para celeiro do mundo teve seu auge no início dos anos 1980, quando os principais resultados das transformações produtivas da região mostraram índices de produtividade agrícolas, no que se refere à relação custo e benefícios financeiros (Braga e Pires, 2002, *apud* Caracristi, 2012, p. 31).

A perspectiva que se observa do Cerrado é a mesma em toda a sua extensão territorial, de Goiás ao Mato Grosso, da Bahia ao Maranhão. A estratégia de transformá-lo em campo produtivo de grãos deu vazão a um modo mercantil que privilegiou o capital externo, a tecnologia arrojada, em detrimento da cultural ancestral da população nativa que habitou essas paisagens. Sem muitas alterações na forma e no conteúdo, as estratégias de dinamizar a economia do Tocantins, também perpassam pela mesma linha regulatória que se definiu para o restante do cerrado brasileiro aumentando o *ranking* na produção agrícola, em contraposição ao aumento da desigualdade social que acentua a pobreza da população local.

HISTÓRICO DA ODS: É POSSÍVEL DESENVOLVER COM SUSTENTABILIDADE

Durante a Rio+20, conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro, em junho de 2012, os 193 Estados membros da organização discutiram o desenvolvimento sustentável, uma forma de evoluir atendendo às necessidades da geração atual, sem comprometer a existência das gerações futuras. Foi nessa ocasião que surgiram os ODS, um plano de ação com 17 objetivos globais para serem cumpridos até o ano de 2030, a fim de que todos os países cresçam e cooperem nessa agenda de sustentabilidade.

Os ODS são os sucessores dos Objetivos do Milênio, que surgiram no ano

2000, quando os países membros da ONU propuseram os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecendo metas para o período entre 2000 e 2015. Ainda de acordo com a Declaração de Barcelona, o grande desafio do século XXI é investir na educação de cada indivíduo, de maneira que este seja cada vez mais capaz de exprimir, afirmar e desenvolver o seu próprio potencial humano, que sucinta da individualidade, construtividade, criatividade e sentido de responsabilidade, “como de um sentido de comunidade - capacidade de diálogo, de confrontação e de solidariedade” (Declaração de Barcelona, 1998, p.4). Para fins de organização, optou-se pela elaboração de um quadro com os 17 objetivos, a saber:

Quadro 01: Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável⁶.

| Nº | Objetivos | Nº | Objetivos |
|----|--|----|---|
| 01 | Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. | 10 | Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. |
| 02 | Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura. | 11 | Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. |
| 03 | Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. | 12 | Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. |
| 04 | Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. | 13 | Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos. |
| 05 | Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. | 14 | Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. |
| 06 | Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. | 15 | Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. |
| 07 | Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos. | 16 | Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. |

⁶ O conteúdo detalhado pode ser acessado em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

| | | | |
|----|--|----|--|
| 08 | Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. | 17 | Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. |
| 09 | Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. | | |

Fonte: ODS, 2024

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto Agenda Ambiental teve início no 2º semestre de 2022 até o 2º semestre de 2023. Foram finalizadas seis itens da agenda: Item 1 - Erradicação da Pobreza; item 2 - Fome Zero e agricultura sustentável; item 3 - Saúde e Bem-Estar; item 4 - Educação de qualidade; item 5 - Igualdade de gênero; item 16 - Paz, justiça e instituições eficazes.

Vale mencionar que um episódio de muita importância para os postulados da Agenda da ODS, a meta 5.5 Igualdade de gênero, que tem por meta geral: “5.1: Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda partes”. No Brasil há o objetivo de: “Eliminar todas as formas de discriminação de gênero, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

O conteúdo foi produzido tomando como referência a violência sofrida pelas mulheres indígenas no interior das aldeias do Tocantins. A edição foi protagonizada pela mulher indígena Vanessa Sidi Xerente e com o atual diretor da Secretaria dos Povos Tradicionais (SEPOT), Célio Torkan Canela e como contraponto a delegada Jeannie Daier de Andrade, delegada chefe da 57ª Delegacia de Polícia de Pium. O referido episódio foi retirado do canal do Youtube a pedido da Vanessa Sidi Xerente. A figura 01 mostra um panorama de todos os programas produzidos e postados no



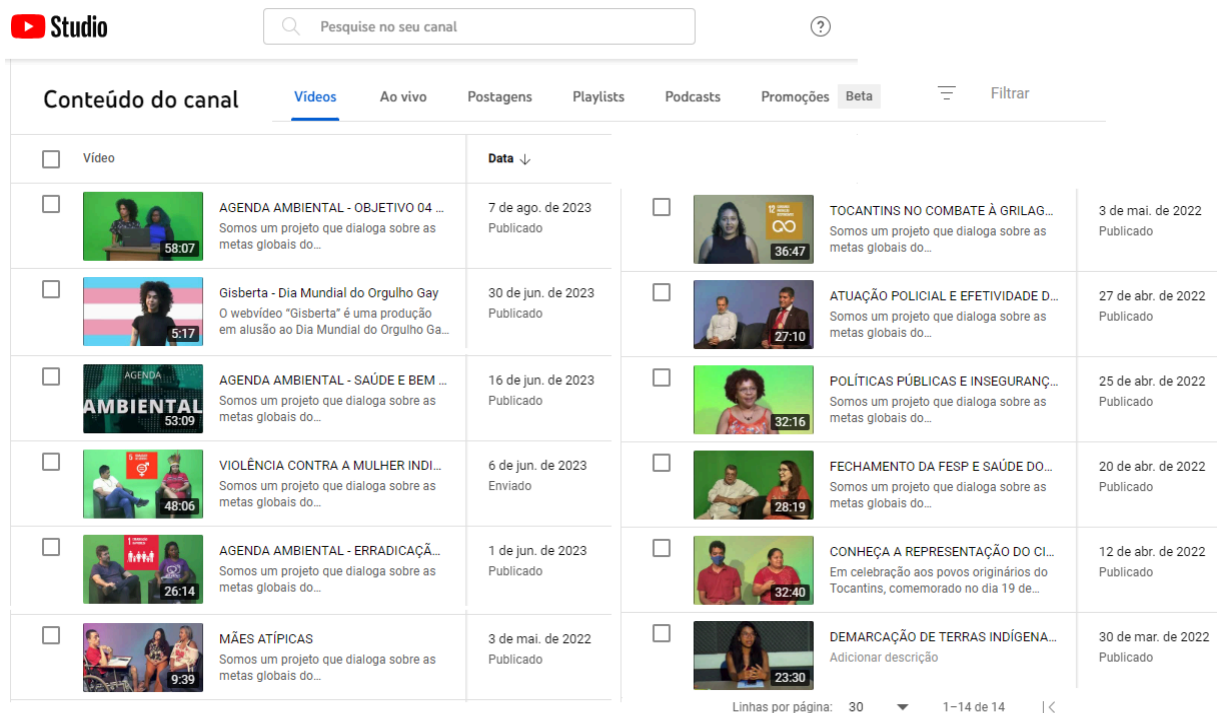
REVISTA CAPIM DOURADO





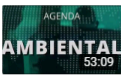
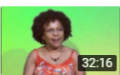






Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

canal do Youtube do projeto.

Figura 01: Programas realizados através do projeto Agenda Ambiental, canal do Youtube



| Conteúdo do canal | Vídeos | Ao vivo | Postagens | Playlists | Podcasts | Promoções | Beta | Filtrar |
|--------------------------|---|---|---------------------------------|--------------------------|--|--|---------------------------------|---------|
| <input type="checkbox"/> | Vídeo | | | | | | | Data ↓ |
| <input type="checkbox"/> |  | AGENDA AMBIENTAL - OBJETIVO 04 ... Somos um projeto que dialoga sobre as metas globais do... | 7 de ago. de 2023 Publicado | <input type="checkbox"/> |  | TOCANTINS NO COMBATE À GRILAG... Somos um projeto que dialoga sobre as metas globais do... | 3 de mai. de 2022 Publicado | |
| <input type="checkbox"/> |  | Gisberta - Dia Mundial do Orgulho Gay O webvídeo "Gisberta" é uma produção em alusão ao Dia Mundial do Orgulho Ga... | 30 de jun. de 2023 Publicado | <input type="checkbox"/> |  | ATUAÇÃO POLICIAL E EFETIVIDADE D... Somos um projeto que dialoga sobre as metas globais do... | 27 de abr. de 2022 Publicado | |
| <input type="checkbox"/> |  | AGENDA AMBIENTAL - SAÚDE E BEM ... Somos um projeto que dialoga sobre as metas globais do... | 16 de jun. de 2023 Publicado | <input type="checkbox"/> |  | POLÍTICAS PÚBLICAS E INSEGURANÇ... Somos um projeto que dialoga sobre as metas globais do... | 25 de abr. de 2022 Publicado | |
| <input type="checkbox"/> |  | VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER INDI... Somos um projeto que dialoga sobre as metas globais do... | 6 de jun. de 2023 Enviado | <input type="checkbox"/> |  | FECHAMENTO DA FESP E SAÚDE DO... Somos um projeto que dialoga sobre as metas globais do... | 20 de abr. de 2022 Publicado | |
| <input type="checkbox"/> |  | AGENDA AMBIENTAL - ERRADICAÇÃO... Somos um projeto que dialoga sobre as metas globais do... | 1 de jun. de 2023 Publicado | <input type="checkbox"/> |  | CONHEÇA A REPRESENTAÇÃO DO CI... Em celebração aos povos originários do Tocantins, comemorado no dia 19 de... | 12 de abr. de 2022 Publicado | |
| <input type="checkbox"/> |  | MÃES ATÍPICAS Somos um projeto que dialoga sobre as metas globais do... | 3 de mai. de 2022 Publicado | <input type="checkbox"/> |  | DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENA... Adicionar descrição | 30 de mar. de 2022 Publicado | |

Linhas por página: 30 1-14 de 14

Fonte: canal do Youtube do projeto:
https://www.youtube.com/results?search_query=agenda+ambiental+uft

MÉTODO DE REALIZAÇÃO DOS PRODUTOS EM AUDIOVISUAL E REDES SOCIAIS

O projeto conseguiu cumprir 12 séries de entrevistas com os temas dos objetivos propostos pela Agenda da ODS. Seleccionamos oito episódios como amostra para este artigo. Os seleccionados são os que mais expressam o sentido do desenvolvimento sustentável.

Na apresentação dos vídeos no canal do Youtube lê-se: “Somos um projeto que dialoga sobre as metas globais do desenvolvimento sustentável que precisam



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

ser cumpridas até 2030” - Produzido e Desenvolvido pelos estudantes monitores e tutores do (PIIP) que se revezaram no projeto Inovajor durante a vigência de 2022.2 até 2023.2, bem como os estudantes da disciplina Jornalismo Ambiental.

O estudante de doutorado do Programa de Pós-graduação e Desenvolvimento Regional da UFT (PPGDR) Idglan Maia; tutor, que cuidou da edição, técnica de sonorização e postagem no canal do youtube. No ano de 2023 coube ao estudante de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade da UFT (PPGCom), Felon Milhomem, que na ocasião era estudante de graduação, a produção e filmagem, sob a supervisão e coordenação geral da Professora Dra. Maria de Fátima de Albuquerque Caracristi. Outros acadêmicos do curso de jornalismo contribuíram com o projeto, todos estavam vinculados à disciplina Jornalismo Ambiental. Foram produzidos 12 programas, mas para fins deste artigo iremos discutir apenas 7 temas, sendo eles:

1. ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$1,25 por dia. Indicadores: Prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave, baseado na Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES). Conceitos e Definições: Até 2030, erradicar a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças e idosos, a alimentos seguros, culturalmente adequados, saudáveis e suficientes durante todo o ano.

Segundo dados do IBGE (2022) houve uma redução da pobreza extrema no Tocantins. A proporção de pessoas vivendo com menos de R\$200 por mês caiu para 4,9%. De toda forma, ainda foi o menor resultado dentre os Estados do Norte e Nordeste, a taxa também foi menor do que a média nacional que foi de 5,9%. O



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

percentual de pessoas em situação de pobreza, que vivia com até R\$ 637,00 por mês, também caiu e passou de 42,8% em 2021, para 34% em 2022.

Para discutir o tema, o projeto Agenda Ambiental trouxe dois entrevistados, o professor Dr. Edi Augusto Benini da Universidade Federal do Tocantins, coordenador do curso de Gestão Pública e Sociedade (especialização) e do programa de extensão Raios de Sol e a ativista Charleide Matos da Cruz - defensora de direitos humanos, negra, feminista e periférica, presidente da Casa Pérolas Negras, no bairro de Taquaralto, candidata a vereadora (2024) pelo PSOL. Neste episódio discutiu-se a falta de investimentos efetivos do estado do Tocantins em políticas públicas e projetos que possam diminuir a pobreza no Estado. Os entrevistados debateram por 26 minutos e 13 segundos, conforme o link disponibilizado no canal <https://www.youtube.com/watch?v=K3DoPgnSrjo>

O Professor Dr. Édi Benini, informou que desde 2018 aprovou o projeto Raio de Sol, que atende prioritariamente a comunidade de produção do quilombo Barra de Aroeira. O valor do projeto foi avaliado em R\$ 3,5 milhões, mas a verba nunca foi liberada pelo governo do Tocantins.

Charleide Matos mencionou vários projetos que a cidade de Palmas e o estado do Tocantins poderiam ter avançado, como o gratuidade do transporte público. Mencionou também o apoio unilateral do estado às empresas do agronegócio.

2. FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular as pessoas pobres e em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano. Indicador: Prevalência de subalimentação. Conceitos e definições: A prevalência de subalimentação define a proporção esperada de pessoas, em determinada população, cuja ingestão diária



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

de energia é insuficiente em relação ao esperado, considerando os requisitos necessários mínimos para uma vida normal, saudável e ativa. O indicador é computado em nível populacional. Não pode ser aplicado a situações individuais. Nesse sentido, os indivíduos de uma população são representados por um indivíduo padrão da população, para o qual uma distribuição sobre o nível de ingestão diária de energia é modelada (função densidade de probabilidade).

O tema foi discutido pela Professora Doutora Ana Lúcia Pereira - ativista dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil e docente na Universidade Federal do Tocantins, vinculada ao curso de Direito. O programa teve duração de 32 minutos conforme o link <https://www.youtube.com/watch?v=DF1PaSiODt0>

3. SAÚDE E BEM-ESTAR

Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos. Meta: Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos. Indicador: Taxa de mortalidade em menores de 5 anos. Conceitos e Definições: Número de óbitos de menores de cinco anos de idade, por 1.000 nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado. O indicador do Brasil considera o fator de correção produzido pelo projeto de busca ativa para o cálculo direto da taxa a partir de dados de sistemas de registro contínuo, especialmente nas regiões norte e nordeste. Essas circunstâncias impõem o uso de estimativas indiretas baseadas em procedimentos demográficos específicos, que podem oferecer boa aproximação da probabilidade de morte entre o nascimento e os cinco anos de idade. Envolve, no caso das estimativas, dificuldades metodológicas e imprecisões inerentes às técnicas utilizadas, cujos pressupostos



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

podem não se cumprir por mudanças da dinâmica demográfica. A imprecisão é maior no caso de pequenas populações.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos em todas as idades. O programa teve os seguintes entrevistados: - Dra. Solange Gonçalves Belchior, presidente eleita da Associação Brasileira de Enfermagem e ex-diretora do Centro de Desenvolvimento de Práticas Profissionais na gestão 2022/2023.

Artur Custódio - coordenador nacional do Morhan - Movimento pela Reintegração da Hanseníase e membro do Conselho Nacional de Saúde (CNS)

Neste episódio foram discutidos temas importantes sobre a saúde pública no estado do Tocantins com ênfase no grande número de pessoas infectadas pela hanseníase, superando os índices do Mato Grosso. A abordagem dos contágios e a falta de assistência da gestão pública no caso da Covid-19, bem como o efeito negativo pelas campanhas do governo Bolsonaro contra as vacinas dentre outros temas relevantes sobre a saúde pública no Brasil e especificamente no Tocantins. O material está postado nas redes sociais nos endereços:

Canal do Youtube: <https://www.youtube.com/@agendaambiental1488>

Instagram: <https://www.instagram.com/inovajor.uft>

4. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes. Indicador: Taxa de conclusão do ensino fundamental e ensino médio. Conceitos e definições: Esse indicador mede a proporção de pessoas com 3 a 5 anos acima da idade esperada para frequência ao último ano do nível selecionado que completaram esse nível. No caso dos anos iniciais do ensino fundamental, representa a proporção de pessoas de 13 a 15 anos de idade que concluíram os anos iniciais do ensino fundamental. No caso do ensino



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

fundamental, representa a proporção de pessoas de 17 a 19 anos de idade que concluíram o ensino fundamental. E a taxa de conclusão do ensino médio, representa a proporção de pessoas de 20 a 22 anos de idade que concluíram o ensino médio.

A entrevista sobre Educação de Qualidade contou com a participação dos seguintes entrevistados: Raphaela Mahare - economista, funcionária pública e vice-presidente da Associação das Travestis e Transexuais do Estado do Tocantins (ATRATO); Phellipe Mesquita - aluno com deficiência visual do curso de Direito da UFT e ativista em favor das causas dos PCDs; Mônica Saraiva - técnica do Laboratório de Inovação e Dados do Governo do Ceará (IRIS) e Graziane Pacinni - professora da Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes (Seduc-TO) e especialista em educação inclusiva.

O tema central esteve relacionado ao papel das universidades na promoção da acessibilidade à educação aos estudantes portadores de deficiência (PcD). A participação da profissional Mônica Saraiva deu-se online, foi a convidada externa do programa. Mônica discutiu o problema das linguagens complexas e burocráticas dos documentos públicos, mencionou a importância da linguagem simples, para ser utilizada em documentos públicos e editais das instituições públicas para garantir a acessibilidade. O material está disponível nas redes sociais nos endereços:

Canal do youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=ZleE-Jw1rOI&t=38s>

Instagram: https://www.instagram.com/reel/CvBONwDxe_I/

5. IGUALDADE DE GÊNERO

Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda partes. Em análise/construção pelo site oficial IBGE - Indicadores do desenvolvimento sustentável: Existência ou não de arcabouço legal em vigor para promover, reforçar e monitorar a igualdade e a não-discriminação com base no



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

sexo. Conceitos e definições: Eliminar todas as formas de discriminação de gênero, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as meninas e mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas.

A igualdade de gênero foi amplamente discutida em um programa polêmico que teve que ser retirado do ar, pois se tratava de uma grave denúncia realizada por uma indígena contra pessoas influentes de sua comunidade. Com duração de 48 minutos e 6 segundos, esse importante programa encontra-se arquivado e serve como material acadêmico mas que reforça a opressão e o medo de denunciar as agressões e violações sofridas pelas mulheres indígenas no interior das aldeias.

6. PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Realizada no dia 27 de abril de 2022 foram discutidos tópicos do objetivo 16 da ODS que é promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os indicadores são: Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares; Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças. O conceito é: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

O tema abordado foi a Atuação Policial e Efetividade de políticas públicas no Tocantins. Foram entrevistados os seguintes profissionais: Dr. Álvaro Manzano -



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

Procurador da República e o Dr. José Azevedo de Lyra - chefe da Diretoria de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado (DRACO). As discussões centram-se numa pergunta chave: “Quem comanda a violência em Palmas? A polícia ou o crime organizado?” A partir do questionamento os entrevistados esboçaram seus pontos de vista, evidenciando que o Estado ainda é o responsável e detentor da segurança da sociedade e não da violência. O material pode ser consultado nas redes sociais no canal do youtube https://www.youtube.com/watch?v=-D_meGv7WYo&t=78s.

7. OBJETIVO 12. ASSEGURAR PADRÕES DE PRODUÇÃO E DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS ODS 12

Realizado em 3 de maio de 2022, o tema central do debate foi discutir acerca do combate à grilagem de terras e ativismo consciente no Tocantins. O objetivo 12 visa estabelecer o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países, a liderança cabe aos países desenvolvidos, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento. Indicadores: Pegada material, pegada material per capita e pegada material em percentagem do PIB.

Entrevistados: Antônio Marcos Bandeira, técnico agrícola com experiência na área de ciências agrárias com ênfase em agroecologia, extensão rural, educação do campo e direitos humanos, educador popular em áreas de assentamentos, acampamentos de reforma agrária e comunidades camponesas, presidente do MST-Tocantins, e o Professor Dr. Maurício Hashizume: jornalista, Professor do Curso de Jornalismo da Universidade de Gurupi (UnirG) e docente da Pós-Graduação (Curso de Especialização em Gestão Pública e Sociedade) na Universidade Federal do Tocantins.

Os entrevistados discutiram os problemas relacionados à ocupação do



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

território pelo agronegócio e a criminalização da reforma agrária. Houve avanço nos assentamentos, mas há uma concentração muito grande da terra pelos latifundiários. Discutiram também sobre a contradição do Projeto Campos Lindos, uma reforma agrária feita para os fazendeiros e o trabalho escravo onde falaram que não há avanço nas políticas, há a criminalização e o aumento da violência no campo. O material teve duração de 36,36 minutos e está postado nas redes sociais no endereço: Canal do Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=jli6tQW4snQ&t=81s>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por conjugar harmoniosamente os verbos crescer, desenvolver e preservar tem sido um dos maiores desafios para os gestores e governos e para a humanidade e todo o planeta. Como vimos em Schumpeter (1911) é determinante o papel central do crescimento econômico para a justiça social, mas também é necessário distinguir a diferença entre crescimento e desenvolvimento.

Promover políticas públicas, que visem o desenvolvimento sustentável, não tem logrado êxito e, observa-se o dinamismo da produção, mas não há distribuição, o que não favorece o desenvolvimento e não comunga com a possibilidade de se atingir os objetivos da ODS até o ano de 2030.

Dos 17 itens propostos pela Agenda dos ODS obteve-se a produção e exibição de conteúdos audiovisuais referentes a 7 itens: 1 - Erradicação da Pobreza; 2 - Fome zero e agricultura sustentável; 3 - Saúde e bem-estar; 4 - Educação de qualidade; 5 - Igualdade de gênero; 6 - Paz, justiça e instituições eficazes; 7 - Consumo e produção responsável.

Pode-se considerar que a Agenda Ambiental produzida pela colaboração de estudantes de graduação e pós-graduação, permitiu aos integrantes do grupo entender que o fazer técnico, mormente dependa das tecnologias e dos suportes



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

mediáticos, não supera a criatividade e a construção abrangente do conhecimento científico. O projeto segue uma metodologia colaborativa, não há nada hermético, a história é contada de maneira a reportar os fatos a partir da problematização das disfunções sociais, de maneira que se possa vislumbrar o sentido do problema que se visa sanar ou mitigar pelos objetivos da agenda ODS.

Por fim, mediante as análises dos processos e dos itens e abordagens de dados e informações não é crível que até 2030, o Tocantins especificamente e os demais estados do Brasil possam cumprir com as estimativas de sanar os problemas sociais e econômicos elencados nos 17 objetivos da ODS. O que se coloca como um ponto importante a ser elencado no rol de conteúdos teóricos e nas incursões extensionistas da agenda ODS.

Dado o caráter de importância elencada em cada item da agenda, que possibilita aos estudantes, professores e entrevistados, participarem de uma reflexão crítica necessária e de uma experiência social, política e cultural sistêmica, pode-se considerar que diante dos desafios pedagógicos os aparatos tecnológicos são apenas instrumentos, e que a inovação é um processo contínuo que acompanha as pessoas desde antes do paleolítico com a pedra lascada, passando pelo neolítico com a pedra polida, e que por si só não resulta em transformação social positiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, José Carlos de Souza. Da metodologia ativa à metodologia participativa. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Metodologia participativa e as técnicas ensino aprendizagem**. Curitiba: CRV, 2017, p. 17-56.

AGENDA 2030. **ODS – Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: < <http://www.agenda2030.com.br/> >. Acesso em: 06/08/2024

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Org. **Pesquisa participante**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense; 1981.



ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA) 2024. **Biomass e ecossistemas / Cerrado**. Disponível em: < <https://antigo.mma.gov.br/biomass/cerrado.html> > acesso em 25/06/2024

BURSZTYN, Ivan. In: DUARTE, Laura Maria Goulart; THEODORO, Suzi Huff (Orgs). **Dilemas do cerrado – entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

CARACRISTI, M. F. A. **Poder e legitimidade na disputa pelo Jalapão**. TESE DE DOUTORADO. Universidade Federal de Goiás, 2019. Disponível em : <<https://encurtador.com.br/0AmPH>> acesso em 10/08/2024.

CASTRO, J. **A Geografia da fome**. 7ª edição, atualizada, Editora Brasiliense, São Paulo, 1984.

CORDEIRO, F. M.; ANDRADE, F. “**Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação**”. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 41 Maio/Ago, 2009.

ECHEVERRÍA, Bolívar. **Circulación capitalista y reproducción de la riqueza social**. México: Ediciones Nariz del Diablo, 1994

EMBRAPA. **Sobre o MATOPIBA**. (2024) disponível em <<https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>> Acesso em 30/06/2024

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 56. ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HARDIN, Garrett. **Extension of the Tragedy of the Commons**. Disponível em: < http://www.garretthardinsociety.org/articles/art_extension_tragedy_commons.html >. Acesso em: 21/03/2022

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

IBGE.Cidades. 2024. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/40/78187?tipo=ranking>> Acesso em 30/06/2024.



REVISTA CAPIM DOURADO

Diálogos em Extensão

ISSN nº 2595-7341 Vol. 7, n. 3, Set-Dez., 2024

IBGE. **Cidades e Estados / Tocantins**, 2024. Disponível em:
<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/> Acesso em: 28/08/2022.

ODS. **Indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=1>> Acesso em 15/07/2023;

PORCINATO; Gabriela Lanza; CASTRO, César Nunes (et al). **Aspectos sociais do Matopiba: análise sobre o desenvolvimento humano e vulnerabilidade social**. IPEA, (2018).

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. Conferência de inauguração do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense e abertura do ano letivo de 1999, proferida em 15/3 (transcrição).

SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento Econômico. Uma investigação sobre Lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico**. Trad. Maria Silva Possas. Ed. Nova Cultura, 1997.